



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

PROCESSO

Nº 3.206/2025

NOME: Câmara Municipal

SÚMULA: Projeto de Lei Nº 3.206/2025

ASSUNTO: Alterar o Art. 3º da Lei nº 3.112 de 15  
de janeiro de 2025, que dispõe sobre  
a concessão de vale-alimentação aos  
servidores municipais e das outras  
providências.

DESTINO:

Porto Alegre, 15 de dezembro

### **Orientação Técnica IGAM nº 25.469/2025.**

#### **I. Relatório**

O **Poder Legislativo do Município de Tavares** solicita orientação técnica à legalidade, constitucionalidade e aspectos de técnica legislativa do Projeto 3.286/2025, de iniciativa do Poder Executivo, que altera o art. 3º da Lei nº 3.112/2025, para majorar o valor do vale-alimentação concedido aos servidores municipais.

#### **II. Análise técnica**

O projeto tem objeto simples e determinado, limitando-se a alterar o valor do vale-alimentação previsto na Lei nº 3.112/2025, mantendo a vinculação a 22 dias de trabalho e a coparticipação do servidor em 10%, por desconto em folha. Trata-se de matéria de natureza política remuneratória/benefícios aos servidores, cuja iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo em relação aos servidores do Município, de modo que, sob o ângulo da competência, o encaminhamento do PL pelo Prefeito afasta vício de iniciativa, cabendo à Câmara apreciar, emendar sem aumento de despesa e votar a proposição.

Do ponto de vista material, não se identifica afronta a princípios constitucionais, já que o aumento de valor é uniforme para os servidores alcançados pelo Projeto 3.112/2025, respeitando a isonomia interna, e não há vinculação vedada a salários ou a subsídios. O benefício já está instituído em lei anterior, de modo que o PL não cria vantagem nova, apenas reajusta seu valor, o que é juridicamente admissível.

Em relação à responsabilidade fiscal, o aumento do valor do vale-alimentação representa elevação de despesa de caráter permanente, impondo ao Executivo o dever de instruir o processo legislativo com estimativa de impacto orçamentário-financeiro (art. 166, § 1º, III, da CF e Lei Complementar nº 101/2000- LRF).

A ausência desse demonstrativo não torna, por si só, inconstitucional o projeto, mas configura risco de apontes pelos órgãos de controle se a execução da despesa vier a desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal; por isso, é recomendável que o Poder Legislativo condicione a aprovação ou, ao menos, registre em parecer a necessidade de tal documento para ser encaminhado pelo Executivo.



Quanto à natureza jurídica e à tributação, o PL 3.286/2025 não altera a forma de concessão do benefício (se em cartão/tiquete ou em pecúnia), que está disciplinada na Lei nº 3.112/2025. Todavia, os anexos demonstram que, se o auxílio for pago em dinheiro via folha, a Receita Federal tende a considerá-lo rendimento tributável, ao passo que tiquete/cartão vinculado a programa de alimentação é tratado de forma mais favorável:

**Solução de Divergência Cosit nº 3/2015 — Receita Federal do Brasil**  
Constitui rendimento isento a alimentação fornecida gratuitamente pelo empregador a seus empregados. Estão também abrangidos pelo benefício a alimentação in natura e os tickets-alimentação. No que se refere ao auxílio-alimentação em pecúnia, representa rendimento isento apenas o auxílio concedido aos servidores públicos federais civis ativos da Administração Pública Federal, direta, autárquica e fundacional.

Dessa forma, a viabilidade jurídica do PL não é comprometida, mas a gestão municipal deve, paralelamente, adequar a forma de concessão e a classificação contábil/tributária (incidência ou não de contribuição previdenciária, IRRF etc.), sob pena de autuações fiscais; a simples definição, em lei municipal, de natureza indenizatória para valor pago em pecúnia não vincula a União quanto a tributos federais.

No campo da técnica legislativa, o projeto apresenta estrutura adequada (ementa clara, artigo de alteração e cláusula de vigência). Eventual aperfeiçoamento opcional seria explicitar a data de início dos efeitos financeiros (por exemplo, a partir de determinada competência da folha), para evitar dúvidas operacionais, sem prejuízo da validade da norma tal como redigida.

Também se recomenda, no âmbito do processo legislativo, que a Câmara verifique se a Lei nº 3.112/2025 já trata de forma clara do público-alvo, da forma de pagamento (ticket/cartão ou pecúnia) e da base de cálculo do desconto de 10%, evitando-se reabrir discussões de mérito que são estranhas ao escopo do PL 3.286/2025, o qual se restringe ao reajuste do valor.

### III.

#### **Conclusão**

Conclui-se que o Projeto de Lei nº 3.286/2025 é juridicamente viável, não se identificando vícios formais ou materiais, desde que o Executivo comprove, nos autos do processo legislativo, a compatibilidade orçamentário-financeira e o respeito à responsabilidade fiscal, e que a Administração observe, na execução, as orientações de direito tributário e previdenciário aplicáveis à forma concreta de concessão do vale-alimentação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS PROJETO DE LEI Nº 3.286/2025

Senhora Presidente,  
Senhores Vereadores

Encaminhamos o presente Projeto de Lei nº 3.286/25, que altera o art. 3º da lei nº 3.112 de 15 de janeiro de 2025 que dispõe sobre a concessão de vale-alimentação aos servidores municipais e dá outras providências.

Senhores Vereadores, o envio do presente Projeto de Lei é resultado de uma preocupação do governo municipal com os servidores municipais, o qual altera o valor do vale alimentação de R\$260,00 (duzentos e sessenta reais) para R\$312,00 (trezentos e doze reais).

O vale-alimentação é uma das conquistas das políticas públicas desta administração que visa melhorias salariais como de condições de trabalho para os nossos servidores.

Sabemos que frente a defasagem salarial acumulada ao longo de diversas administrações, de início o valor proposto de R\$100,00 (cem reais) parecia baixo, mas com a possibilidade e disponibilidade orçamentária de uma concessão superior a esta, encaminhamos o presente Projeto de Lei entendendo a importância deste importante benefício, que sempre foi pleiteado e só agora é uma realidade para o funcionalismo, salientando a importância do referido reajuste no valor de R\$312,00 (trezentos e doze reais).

Isto posto, Senhores Vereadores, solicitamos que seja o presente Projeto recebido, apreciado, votado e aprovado pelos nobres legisladores desta Casa.

Na certeza de contarmos com a colaboração dos Nobres Edis, desde já agradecemos a atenção prestada.

Tavares, 09 de dezembro de 2025.

GILMAR FERREIRA DE LEMOS:55101038091  
Assinado de forma digital por  
GILMAR FERREIRA DE LEMOS:55101038091  
Dados: 2025.12.09 10:43:56 -03'00'

**Gilmar Ferreira de Lemos**  
Prefeito Municipal





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES**

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROJETO DE LEI Nº 3.286  
DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**Antônio Carlos Antunes Pag**  
Vereador

Protocolo  
4087 1 2025  
Protocolado em 11.12.25  
Angélica  
Secretária

**ALTERA O ART. 3º DA LEI Nº 3.112 DE 15  
DE JANEIRO DE 2025 QUE DISPÕE  
SOBRE A CONCESSÃO DE VALE-  
ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS E DÁ  
PROVIDÊNCIAS.**

**Elis Regina Lemos Rod**  
Vereadora  
PROGRESSISTAS

**Art.1º-** O art. 3º da Lei Municipal nº 3.112 de 15 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a concessão de vale-alimentação aos servidores municipais e dá outras providências passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 3º** - O valor do vale-alimentação será de R\$ 312,00 (trezentos e doze reais), correspondente a 22 dias trabalhados e a participação dos servidores, mediante desconto em folha devidamente autorizado, no percentual de 10% (dez por cento) do valor total dos vales.

**Art.2º-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Enio Vieira Chav**  
Vereador

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAVARES, aos 09 dias do mês de dezembro de 2025.

GILMAR FERREIRA DE  
LEMONS:55101038091

Assinado de forma digital por  
GILMAR FERREIRA DE  
LEMONS:55101038091  
Dados: 2025.12.09 10:43:26  
-03'00'

**Gilmar Ferreira de Lemos**  
Prefeito Municipal

**Izabel Rosa da**  
Vereadora

**Jardel Antu**  
Vereador  
PROGRE

**Leone Macha**  
Vereadora

**Nardel Rodrigues Nunes**  
Vereador  
PDT

**Volmir Vieira**  
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE TAVARES - RS	
Recebido em	<u>11.12.25</u>
Expedido em	<u>16.12.25</u>
Nº	<u>ATA n.º 2002</u>